



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

Manual de Campanha

INTELIGÊNCIA

**1ª Edição
2015**

EB20-MC-10.207



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

Manual de Campanha

INTELIGÊNCIA

**1ª Edição
2015**

PORTARIA Nº 032-EME, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova o Manual de Campanha
EB20-MC-10.207 Inteligência, 1ª Edição,
2015.

O **CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 5º do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010, e de acordo com o que estabelece o art. 43 das Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército (EB10-IG-01.002), aprovadas pela Portaria nº 770, de 7 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha EB20-MC-10.207 INTELIGÊNCIA, 1ª Edição, 2015, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 01, de 8 de janeiro de 2015.

Gen Ex ADHEMAR DA COSTA MACHADO FILHO
Chefe do Estado-Maior do Exército

(Publicado no Boletim do Exército nº 9 de 27 de fevereiro de 2015)

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

ÍNDICE DE ASSUNTOS

PREFÁCIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 Finalidade	1-1
1.2 Orientação básica	1-1
1.3 Considerações iniciais	1-1

CAPÍTULO II – A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

2.1 Considerações gerais	2-1
2.2 A Função de Combate Inteligência	2-1
2.3 Atividades e Tarefas da Função de Combate Inteligência	2-2
2.4 Integração da Inteligência com as demais Funções de Combate	2-5

CAPÍTULO III – O PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA

3.1 Considerações gerais	3-1
3.2 Planejamento de inteligência no nível político	3-1
3.3 Planejamento de inteligência no nível estratégico	3-2
3.4 Planejamento de inteligência no nível operacional	3-2
3.5 Planejamento estratégico no nível tático	3-3

CAPÍTULO IV - A EXECUÇÃO DO CICLO DE INTELIGÊNCIA

4.1 Considerações gerais	4-1
4.2 Orientação	4-1
4.3 Obtenção	4-3
4.4 Produção	4-5
4.5 Difusão	4-6

CAPÍTULO V - A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES

5.1 Considerações gerais	5-1
5.2 Princípios e procedimentos	5-1
5.3 Apoio de inteligência na preparação e projeção de força	5-2
5.4 Apoio de inteligência durante a condução das operações terrestres	5-2
5.5 Inteligência nas operações conjuntas	5-2
5.6 Inteligências nas operações combinadas ou multinacionais	5-3
5.7 A inteligência nas operações militares de não guerra	5-4
5.8 A inteligência nas operações militares de guerra	5-4
5.9 Operações básicas	5-4
5.10 Operações complementares	5-6

GLOSSÁRIO

PREFÁCIO

Apesar das mudanças observadas na arte da guerra, mesmo que ocorram assimetrias semelhantes às observadas em conflitos recentes, ressalta-se que o combate de alta intensidade não perdeu a importância.

Uma característica dos conflitos atuais é a maior relevância do ambiente civil. Àqueles que se desenvolvem habitualmente no seio da população, e que se constituem numa condicionante permanente para o planejamento e condução das operações.

Portanto, no cenário complexo da atualidade, hoje é fator fundamental conhecer como a população local percebe o enfrentamento, suas necessidades e sensibilidades, e quais são as relações desse inimigo com ela. Tudo isso dá uma grande importância à denominada consciência intercultural.

Entende-se como consciência intercultural, a capacidade para apreciar, sentir e conhecer de forma detalhada o ambiente operacional, desde o início do planejamento e durante a condução, seus distintos valores culturais, tradições, religiões, crenças e percepções da população, sem que isso configure menosprezo às próprias identidades.

Dada à importância da cultura local para o desenvolvimento das operações é necessário incluir na análise da situação o estudo detalhado dos aspectos culturais como mais um fator. Da mesma forma, o conhecimento pormenorizado dessa cultura deve se estender a todos os componentes da força terrestre.

Para assegurar o êxito militar no nível tático, tornou-se fundamental introduzir o conceito de função de combate na doutrina da F Ter, agrupando-se atividades consideradas homogêneas que, adequadamente sincronizadas, possibilitam um eficaz desenvolvimento operativo.

Como consequência disso, a função de combate inteligência constitui-se numa atividade particularmente complexa que deve considerar um número elevado de variáveis, de forma a possibilitar ao comando obter plena consciência situacional do ambiente operativo em que atuarão suas forças.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADE

1.1.1 O presente Manual de Campanha tem por finalidade apresentar a função de combate inteligência por meio do estabelecimento de conceitos, princípios e concepções operacionais que a caracterizam.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">1.1 FINALIDADE1.2 ORIENTAÇÃO BÁSICA1.3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS |
|--|

1.2 ORIENTAÇÃO BÁSICA

1.2.1 Esta publicação é orientadora, no âmbito do Exército Brasileiro, em particular à Força Terrestre (F Ter), como base doutrinária para o conhecimento, o planejamento, o preparo e a execução, no nível tático, das diversas operações militares.

1.2.2 A incorporação de novos conceitos doutrinários pela F Ter tem produzido reflexos diretos nas atividades e tarefas relacionadas à Inteligência, em virtude das mudanças na natureza dos conflitos e da necessidade de se adaptar aos procedimentos dos meios disponíveis em cada momento.

1.3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.3.1 Os conflitos armados ocorridos nas últimas décadas demonstram que o tradicional confronto entre atores estatais antagônicos vem tomando configurações cada vez mais complexas, embora continuem sendo marcados pelo emprego da violência.

1.3.2 Os combates modernos têm se caracterizado pelo uso maciço de tecnologia, pela presença de civis e da mídia no ambiente operacional, pelo emprego de estruturas de combate com maior proteção coletiva, velocidade e letalidade seletiva, pela utilização de aeronaves remotamente pilotadas e pela capacidade de operar no espaço cibernético.

1.3.3 Nesse novo cenário, importantes organismos de defesa têm constatado que a Inteligência direciona as operações, levando diversos países a empreender um esforço acentuado no sentido de potencializar a função de combate inteligência.

1.3.4 No combate atual, a Inteligência não é empregada somente na mera descrição das forças militares oponentes e de suas capacidades de combate. Deve possibilitar, também, uma ampla compreensão dos agentes presentes no ambiente operacional: cultura, motivações, perspectivas, objetivos, aprovação popular e apoio que recebe ou pode receber.

1.3.5 Como consequência, a função de combate inteligência é uma atividade particularmente complexa que deve considerar um número elevado de variáveis, de forma a possibilitar ao comando obter plena consciência situacional do entorno operativo onde se desdobram as forças militares.

1.3.6 Diante dessa realidade, a incorporação de novos conceitos doutrinários pela Força Terrestre tem produzido reflexos diretos nas atividades e tarefas relacionadas à Inteligência.

1.3.7 A Inteligência Militar, apesar de todas as transformações observadas no ambiente operacional moderno, mantém o objetivo básico de identificar ameaças, minimizando incertezas e possibilitando o aproveitamento de oportunidades, o que contribui decisivamente para o sucesso da operação militar.

1.3.8 Para assegurar o êxito militar no nível tático, tornou-se fundamental introduzir o conceito de Função de Combate na doutrina da F Ter brasileira, agrupando-se atividades consideradas homogêneas que, adequadamente sincronizadas, possibilitam um eficaz desenvolvimento operativo.

1.3.9 Neste manual serão expostos, de forma geral, os aspectos mais relevantes da função de combate inteligência, deixando-se o detalhamento dos processos e atividades para os manuais de terceiro nível.

CAPÍTULO II

A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1.1 As funções de combate constituem uma ferramenta conceitual para relacionar, agrupar, descrever e coordenar as atividades das forças terrestres. Facilita o planejamento e a execução das operações, além da instrução e do adestramento das unidades no nível tático.

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.2 A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

2.3 ATIVIDADES E TAREFAS DA FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

2.4 INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA COM AS DEMAIS FUNÇÕES DE COMBATE

2.1.2 A Inteligência é uma das seis funções de combate. Sua abrangência alcança as demais funções de combate, que são diretamente afetadas ou estão relacionadas com os produtos da inteligência. Em particular as funções de comando e controle e proteção englobam atividades e tarefas próprias do Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx).

2.1.3 A missão da Inteligência é apoiar o planejamento, a preparação, a execução e a avaliação das operações. Portanto, o papel mais importante que desempenha é o de servir de base para o desenvolvimento das operações, apoiando o processo decisório, numa atividade contínua e dinâmica.

2.2 A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

2.2.1 A função de combate inteligência compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis.

2.2.2 Com base nas diretrizes do Comandante, normalmente expressas em necessidades de inteligência (NI), executa tarefas associadas às operações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA).

2.2.3 Tem por objetivo, satisfazer as necessidades de conhecimento para o Comando, possibilitando o planejamento e a condução das operações. Suas atividades são permanentes e se desenvolvem desde o tempo de paz, materializando-se no Ciclo de Inteligência - Orientação, Obtenção, Produção e Difusão.

2.2.4 A função de combate inclui tarefas relacionadas com a Atividade de Inteligência Militar Terrestre propriamente dita, assim como com as de vigilância, reconhecimento e aquisição de alvos.

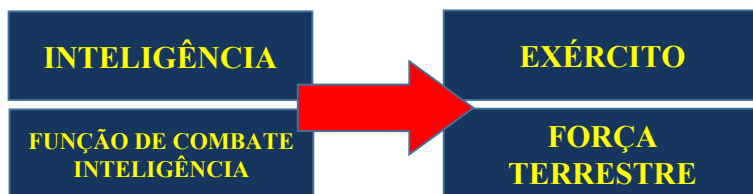


Fig 2-1 Relações da Inteligência e função de combate inteligência

2.2.5 A função de combate Inteligência é muito mais que a simples obtenção de dados e informações. É um processo contínuo que integra a análise da informação com o desenvolvimento das operações, de maneira que se possa visualizar e entender a situação.

2.2.6 Esta função de combate não inclui apenas o pessoal e os meios que a integram de forma específica. Dela também fazem parte todos aqueles que realizam, em determinado momento, de uma forma ou de outra, atividades próprias a ela. Todo militar é, assim, um meio de obtenção de dados em potencial (ESS – conceito do inglês *“Every Soldier is a Sensor”*).

2.2.7 A missão da função de combate Inteligência é apoiar o planejamento, a preparação, a execução e a avaliação de todos os tipos de operações. Portanto, o papel mais importante que desempenha é o de servir de base para o desenvolvimento das operações, apoiando o processo decisório, numa atividade contínua e dinâmica.

2.2.8 A função de combate inteligência necessita de uma configuração capaz de proporcionar estruturas específicas de inteligência e de comunicações a todos os níveis de planejamento.

2.2.9 A estrutura de inteligência deve incluir sistemas, procedimentos e organizações de inteligência capazes de gerar conhecimento de maneira oportuna. Uma estrutura de Tecnologia da Informação e das Comunicações (TIC) adequada complementa a função de combate.

2.2.10 A função de combate Inteligência, orientada pela definição das necessidades de inteligência, obtém os dados necessários por meio de um esforço de obtenção (adaptado ao escalão de emprego) e os analisa e integra, apoiando a manobra.

2.2.11 Uma vez orientada, elabora seu esforço de obtenção de dados, que consiste na conjugação, no tempo e no espaço, dos sensores especializados e não especializados. A função de combate inteligência elabora e difunde respostas às necessidades de inteligência levantadas durante o exame de situação. O conhecimento elaborado é difundido, em seguida, por meio dos escalões subordinados e superiores, para todos aqueles em operações.

2.3 ATIVIDADES E TAREFAS DA FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

2.3.1 GENERALIDADES

2.3.1.1 O conceito de **atividade** está diretamente ligado ao conceito de missões sob a égide da Inteligência que deverão ser desencadeadas para que o apoio ao processo decisório, em qualquer cenário de emprego militar, seja pleno.

2.3.1.2 De igual forma, as **tarefas** representam as ações a serem executadas para que os papéis preditivo e preventivo sejam efetivados pela Inteligência.

2.3.1.3 A função de combate inteligência é materializada pelo conjunto de atividades inter-relacionadas e pela execução das tarefas associadas às ações de IRVA.

2.3.1.4 Essas atividades e tarefas subsidiam o planejamento e a condução de operações militares, além de identificar e contribuir para a neutralização das ameaças. As atividades e tarefas desempenhadas pela função de combate inteligência são fundamentais para o planejamento e para o emprego eficaz da tropa, bem como para a sua segurança.

2.3.1.5 As tarefas da inteligência são esforços organizados para a orientação, obtenção, análise, produção e difusão de informações claras, precisas, completas e oportunas sobre a área de operações (terreno e considerações civis); o inimigo, as ameaças ou forças oponentes; e as condições meteorológicas. Essas tarefas são interativas e, frequentemente, ocorrem simultaneamente.

2.3.2 PRODUÇÃO CONTINUADA DE CONHECIMENTO EM APOIO AO PLANEJAMENTO DA FORÇA

2.3.2.1 É a atividade representativa do caráter dinâmico e integrador desempenhado pela função de combate, onde a condução de operações sistemáticas, a preparação de pessoal especializado, a interatividade entre agências parceiras, a obtenção atualizada de dados diversos e a definição de apoio possível para o escalão considerado são inequívocas manifestações de trabalho ativo e interativo da Inteligência.

2.3.2.2 Está delimitada pelas seguintes tarefas:

- a) prover prontidão de Inteligência;
- b) estabelecer a arquitetura de Inteligência;
- c) configurar os meios de Inteligência para o atendimento às necessidades de análise de missão;
- d) obter dados e informações que alimentem o processo de integração terreno-condições meteorológicas-inimigo-considerações civis (PITCIC); e
- e) gerar conhecimento de Inteligência.

2.3.3 APOIO À OBTENÇÃO DE CONSCIÊNCIA SITUACIONAL

2.3.3.1 É a atividade que define a amplitude do trabalho de inteligência. Tem na caracterização do ambiente operacional e do inimigo, bem como na determinação dos efeitos destes sobre as operações uma clara representação do alcance que a Inteligência tem nas operações.

2.3.3.2 A utilização de vasta gama de meios disponibilizados permite a efetivação das seguintes tarefas:

- a) execução do PITCIC;
- b) acompanhamento das ações em desenvolvimento; e
- c) apoio constante para as atividades de proteção.

2.3.4 EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IRVA

2.3.4.1 Atividade que demonstra o método praticado pelo trabalho de inteligência e o alcance de seu apoio na detecção de alvos e designação de objetivos nas operações.

2.3.4.2 A seleção de elementos essenciais de inteligência (EEI) e o emprego de ferramentas para a busca por dados sobre tais alvos são evidências de rotinas que compõem o trabalho de sincronização de missões da função de combate inteligência.

2.3.4.3 As tarefas inerentes a esta atividade são:

- a) sincronização das atividades IRVA;
- b) integração das atividades de IRVA;
- c) condução de reconhecimento;
- d) condução de vigilância;

- e) condução de outras operações e missões relacionadas à inteligência; e
- f) proporcionar apoio na busca de alvos, utilizando-se de sensores tecnológicos ou humanos que representam o formato desta atividade da função de combate.

2.3.5 APOIO NA OBTENÇÃO DA SUPERIORIDADE DE INFORMAÇÕES

2.3.5.1 Esta atividade é definida pelo apoio cerrado sobre medidas de proteção planejadas para as informações em seu mais amplo emprego. Desde as operações de informação até a avaliação de danos que possam interferir no desempenho das tropas em campanha, todos os dados inerentes ao campo das informações que têm relevância para o processo decisório em andamento recebem atenção especial da Inteligência como agente de caráter preditivo e preventivo.

2.3.5.2 São tarefas clássicas desta atividade:

- a) prover apoio de Inteligência às tarefas de informações da F Ter; e
- b) proporcionar apoio de Inteligência às atividades de avaliação das operações.

2.3.6 APOIO NA BUSCA DE AMEAÇAS

2.3.6.1 É a atividade que caracteriza o papel preventivo e analista da Inteligência no campo das operações do chamado amplo espectro dos conflitos.

2.3.6.2 O trabalho de busca e definição das verdadeiras ameaças para a F Ter é metódico, ininterrupto e determinado por uma capacidade de integração e sincronização dos diversos sensores disponíveis para a Inteligência.

2.3.6.3 É no exercício desta atividade que a inteligência provará a sua eficácia, eficiência e efetividade quando da detecção dos meios que possam provocar um desequilíbrio na F Ter.

2.3.6.4 As tarefas inerentes a esta atividade são:

- a) proporcionar apoio de Inteligência à busca continuada de ameaças; e
- b) proporcionar apoio de Inteligência à detecção continuada de ameaças.

2.3.6.5 A tabela 2-1 ilustra a relação entre atividades e tarefas da função de combate inteligência.

ATIVIDADE	TAREFA
Produzir conhecimentos continuamente, em apoio ao planejamento da Força	- Prover prontidão de Inteligência
	- Estabelecer a arquitetura de Inteligência
	- Configurar os meios de Inteligência
	- Obter dados e informações que alimentem o PITCIC
	- Gerar Conhecimentos de Inteligência
Executar ações de Inteligência, Reconhecimento Vigilância, e Aquisição de Alvos (IRVA)	- Executar a sincronização das ações de IRVA
	- Executar a integração de atividades IRVA
	- Conduzir Reconhecimentos
	- Conduzir Vigilância
	- Conduzir outras operações e missões relacionadas à Inteligência
Apoiar a obtenção da consciência situacional	- Proporcionar apoio de Inteligência à Busca de Alvos
	- Executar o processo de integração terreno-condições meteorológicas-inimigo e considerações civis (PITCIC)
	- Acompanhar o desenvolvimento da situação
	- Executar ações de Desenvolvimento da Contrainteligência em apoio à F Ter
	- Prover apoio de Inteligência às capacidades relacionadas às informações da F Ter
Apoiar a obtenção da Superioridade de Informações	- Proporcionar apoio de Inteligência às atividades de avaliação das operações
	- Proporcionar apoio de Inteligência à busca continuada de ameaças
Apoio na busca de ameaças	- Proporcionar apoio de Inteligência à detecção continuada de ameaças

Tab 2-1 Atividades e Tarefas da F Cmb Intlg

2.4 INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA COM AS DEMAIS FUNÇÕES DE COMBATE

2.4.1 GENERALIDADES

2.4.1.1 A função de combate inteligência integra os elementos essenciais do poder de combate, juntamente com as informações e a capacidade de liderança do comandante. Esses elementos são indissociáveis e essenciais para o preparo e emprego da F Ter no cumprimento de suas missões operativas.

2.4.1.2 O trabalho da inteligência permeia o papel das demais funções de combate, particularmente por se tratar da gestão de fontes de dados, no sentido mais amplo da definição de produção do conhecimento. Todos os participantes de um ambiente

operativo são fonte de dados capazes de agregar valor ao trabalho de produção do conhecimento.

2.4.1.3 A oportunidade de emprego de determinado dado para a integração de um conhecimento é fundamental para que o decisor seja atendido de forma preventiva e com flexibilidade para manobrar seus meios de combate.

2.4.1.4 A função de combate inteligência é capaz de extrair informações de cenários rarefeitos e, com a devida integração com outros dados disponíveis, produzir conhecimentos de significativo valor para o decisor, com oportunidade de utilização em prol da operação. Por esse motivo, faz-se necessário a interlocução da função de combate inteligência com as demais integrantes do poder de combate (Fig 2-2).

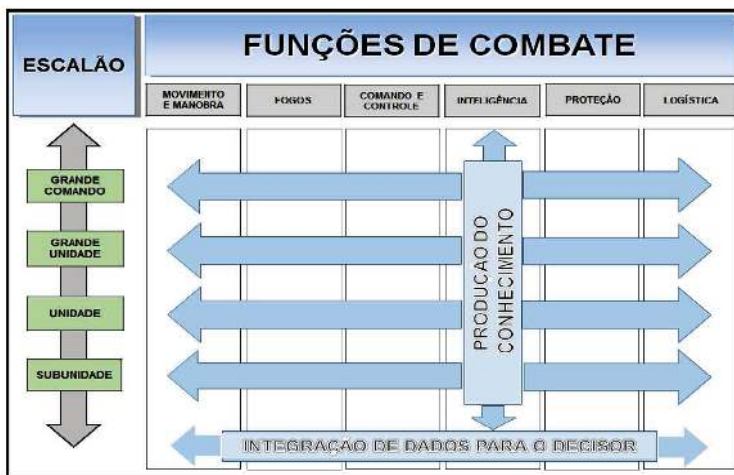


Fig 2-2 Relações da Inteligência com as demais funções de combate

2.4.2 MOVIMENTO E MANOBRA

2.4.2.1 A função de combate movimento e manobra relaciona-se com as tarefas que permitem à força operativa alcançar uma posição vantajosa sobre o inimigo. A inteligência e a manobra são atividades inseparáveis e complementares na dinâmica do combate, pois a sua aplicação conjunta requer uma efetiva integração.

2.4.2.2 Combinadas, essas funções de combate atuam com maior eficiência sobre as forças inimigas e promovem melhor conhecimento das condicionantes do combate.

2.4.2.3 A inteligência permite ao comandante dispor melhor de seus meios por conta da gama de informações disponíveis, que propiciam um ambiente conhecido e favorável à melhor execução do movimento e da manobra.

2.4.2.4 O conhecimento do PTICIC é fundamental para que o comandante tático possa dispor de seus meios com vantagem sobre o inimigo. Assim, conhecer em detalhes as informações sobre terreno, condições meteorológicas e o inimigo, obtidos pela inteligência, é fator crucial para o movimento e manobra.

2.4.2.5 As informações de relevo para movimento e manobra podem ser cuidadosamente detalhadas pela inteligência para atendimento ao comandante que manobra suas forças no combate.

2.4.3 COMANDO E CONTROLE

2.4.3.1 A função de combate comando e controle integra as tarefas e sistemas que desenvolvem atividades que permitem a um comandante exercer a arte do comando e a ciência do controle para o cumprimento de suas missões.

2.4.3.2 A integração do comando e controle com a inteligência é impositiva sob vários aspectos. Os meios de TI que viabilizam a comunicação no espaço de batalha são determinantes para o trabalho de análise de dados para a integração de conhecimentos. Como a responsabilidade de estabelecimento de tais meios é inerente ao comando e controle, é correto entender a necessidade de integração com a inteligência.

2.4.3.3 As tarefas abrangidas pela contrainteligência (CI) estão intimamente ligadas à eficácia operativa do comando e controle, uma vez que estão balizadas pela capacidade de negar às forças adversas, dados sobre nossos meios e de interferir nas comunicações do oponente.

2.4.3.4 A integração de vários sistemas que compõem do poder de combate é fundamental para o perfeito funcionamento da inteligência. Este ponto de eficácia da função de combate inteligência é de responsabilidade do comando e controle.

2.4.4 FOGOS

2.4.4.1 As funções de combate inteligência e fogos possuem íntima ligação e relação dinâmica, particularmente no que se refere à aquisição, identificação e designação de alvos. Conhecer o dispositivo inimigo e sua capacidade é fundamental para que o esforço de emprego dos fogos se faça pontual e preciso.

2.4.4.2 O comandante obtém o conhecimento por meio do estudo do campo de batalha, baseado em dados sobre o dispositivo do oponente e o terreno onde se dá o combate. Isto configura um plano de obtenção de conhecimentos, documento fundamental para o levantamento de alvos, segundo sua importância para a atuação dos fogos em seu amplo espectro de atuação: iludir, destruir, suprimir, degradar, retardar, negar, separar e neutralizar forças inimigas.

2.4.4.3 A integração entre as funções de combate fogos e inteligência é caracterizada por duas tarefas em combate: fornecimento de dados para detecção de alvos e apoio para a aplicação de fogos.

2.4.5 PROTEÇÃO

2.4.5.1 A função de combate proteção constitui um conjunto de tarefas e sistemas que se destinam a preservar a força, a fim de possibilitar ao comandante o máximo poder de combate disponível para o cumprimento da missão. O trabalho da inteligência está vinculado a este mister porque busca antever as potências vulnerabilidades de nossas tropas para que medidas protetivas possam ser adotadas.

2.4.5.2 A CI tem por objetivo proteger os sistemas operativos e as estruturas de inteligência das nossas tropas. Os meios de guerra eletrônica e defesa cibernética, quando em apoio às atividades de inteligência, representam ferramentas de proteção das tropas amigas e negação de dados ao oponente.

2.4.6 LOGÍSTICA

2.4.6.1 A relação existente entre a logística e a inteligência está baseada na disponibilidade de dados para que o apoio logístico seja eficaz para as tropas empregadas no combate. De igual forma, presta-se a atender os meios logísticos com informações que proporcionam proteção durante o combate.

CAPÍTULO III

O PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1.1 O planejamento de inteligência ocorre nos níveis político, estratégico, operacional e tático dos diversos centros decisores e demandam diferentes processos e produtos, a fim de alcançar seus objetivos específicos.

3.2.1 No campo militar, entretanto, os conflitos são conduzidos apenas nos níveis estratégico, operacional e tático.

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.2 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL POLÍTICO

3.3 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL ESTRATÉGICO

3.4 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL OPERACIONAL

3.5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO NÍVEL TÁTICO



Fig 3-1 Níveis de planejamento da inteligência

3.2 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL POLÍTICO

3.2.1 O Comandante Supremo estabelece objetivos políticos, de preparo e de emprego conjunto das Forças Armadas, sendo para isso assessorado pela Inteligência, responsável pelo acompanhamento da conjuntura nacional, regional e internacional.

3.2.2 Os conhecimentos de Inteligência produzidos no nível político possibilitam a obtenção da consciência situacional necessária para a elaboração das diretrizes que configuram o poder militar em caso de decisão de emprego, a formulação do conceito político de planejamento e a explicitação de orientações e condicionantes para os planejamentos decorrentes.

3.2.3 Estes itens são consolidados por meio de uma Diretriz Presidencial de Emprego de Defesa (DPED).

3.3 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL ESTRATÉGICO

3.3.1 Neste nível, as condicionantes e as diretrizes políticas são transformadas em ações estratégicas, voltadas para os ambientes externo e interno, a serem desenvolvidas setorialmente pelos diferentes ministérios, de maneira coordenada com as ações da expressão militar. O nível estratégico de planejamento desdobra-se em todas as expressões do Poder Nacional.

3.3.2 A atividade de inteligência no nível estratégico necessita de ampla margem de tempo para atuar, a fim de elaborar um banco de dados consistente e de múltiplas fontes e naturezas. A análise e a integração de grande quantidade de dados e informações permite a antecipação de acontecimentos futuros, considerando-se os riscos potenciais.

3.3.3 Quando é decidido, no nível político, o emprego conjunto das FA para se atingir determinado objetivo político, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) inicia a realização de seu planejamento estratégico.

3.3.4 Sua Inteligência produz, inicialmente, uma avaliação da conjuntura e elaboração de cenários, tendo por base o Plano de Inteligência de Defesa (PINDE).

3.3.5 Em seguida, visando à produção do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA), conduz reuniões preliminares de inteligência (RPI) com a participação de representantes das forças singulares, a fim de produzir a análise de inteligência estratégica. Esta análise é concluída antes do início do exame de situação estratégico.

3.3.6 Ao final do exame de situação estratégico, a Inteligência confecciona o Plano Estratégico de Inteligência (PEI), que se constitui em um dos anexos do PEECFA. Com base nas NI identificadas nos diversos campos de atividade, ao longo desse processo, elabora um Plano de Obtenção de Conhecimentos, visando a atender aos pedidos de inteligência (PI), dentro do SISBIN e do SINDE.

3.3.7 Ao longo desse processo, a gama de dados, informações e conhecimentos de inteligência, reunidos e consolidados, alimenta o Banco de Dados de Inteligência gerenciado pelo EMCFA, que servirá de apoio para o planejamento operacional.

3.4 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL OPERACIONAL

3.4.1 Neste nível de planejamento a Inteligência centra seus esforços na busca de conhecimentos sobre o Teatro de Operações e as forças oponentes que podem atuar sobre o espaço de batalha. A Inteligência, assim, analisa e avalia a ameaça real ou potencial quanto à sua importância, intensidade e magnitude.

3.4.2 A execução da atividade de inteligência, visando à produção do Anexo de Inteligência do Plano Operacional (planejamento militar da campanha), também se inicia com reuniões preliminares de inteligência, sob a coordenação da Seção de Inteligência do Comando Operacional.

3.4.3 Para isso, conta com a participação de representantes dos órgãos de inteligência das forças singulares e, eventualmente, de outras agências estatais, a fim de elaborar a análise de inteligência operacional. Esta análise deve estar pronta antes do início do exame de situação operacional.

3.4.4 Ao final do exame de situação operacional, é confeccionado o Anexo de Inteligência do respectivo plano operacional. Com base nas NI identificadas pelos diversos setores envolvidos com este planejamento, elabora-se o Plano de Obtenção de Conhecimentos,

buscando-se adequar e priorizar os PI necessários dentro do SINDE e da rede de Inteligência do comando operacional em situações de conflito.

3.4.5 Ao final desse processo, os dados levantados e os conhecimentos produzidos são utilizados como base do planejamento tático.

3.5 PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA NO NÍVEL TÁTICO

3.5.1 O planejamento de Inteligência no nível tático está voltado para o apoio ao planejamento e condução das operações de uma FTC, em uma operação conjunta, ou de Divisões de Exército e Brigadas, em operações singulares.

3.5.2 O planejamento exige um conhecimento profundo da organização das forças oponentes, das características técnicas de seus materiais, de suas formas de emprego, do terreno, do clima, das peculiaridades sociais, políticas e econômicas da população local e do ambiente operacional.

3.5.3 A execução da atividade de inteligência, visando à produção dos planos táticos, segue a mesma metodologia de planejamento dos níveis estratégico e operacional, sendo realizada pela função de combate inteligência. A Seção de Inteligência (E2) do Comando operativo elabora a análise de inteligência e o Anexo de Inteligência dos seus planos táticos.

3.5.4 Ao final desse processo, são relacionadas as NI e elaborados Planos de Obtenção de Conhecimentos, visando a adequar e priorizar os PI.

3.5.5 Uma atividade importante da Função de Combate Inteligência é a salvaguarda dos planos, ordens e conhecimentos produzidos. A Contraineligência possui a responsabilidade de impedir a força oponente de ter acesso a esses dados e conhecimentos sensíveis. Para isso, realiza atividades de detecção, identificação e neutralização da Inteligência oponente.

CAPÍTULO IV

A EXECUÇÃO DO CICLO DE INTELIGÊNCIA

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1.1 Os trabalhos da Inteligência são desenvolvidos seguindo as fases do ciclo de inteligência (ciclo de produção do conhecimento).

4.1.2 Esse ciclo compreende uma sequência de atividades mediante a qual a inteligência obtém e reúne dados, transforma-os em conhecimento de Inteligência e os põe à disposição do comandante operativo e de seu EM.

4.1.3 O ciclo de inteligência é o motor da função de combate inteligência, envolvendo direta ou indiretamente todos os integrantes da Força. É formado por quatro fases: orientação, obtenção, produção e difusão.

- | |
|--------------------------|
| 4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS |
| 4.2 ORIENTAÇÃO |
| 4.3 OBTENÇÃO |
| 4.4 PRODUÇÃO |
| 4.5 DIFUSÃO |

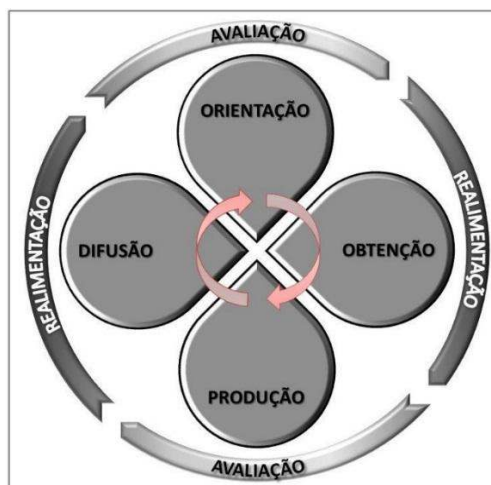


Fig 4-1 Ciclo de Inteligência

4.2 ORIENTAÇÃO

4.2.1 A Orientação é a primeira fase do ciclo de inteligência e materializa-se por meio da determinação de NI, do planejamento do esforço de obtenção, da emissão de ordens e pedidos de busca aos órgãos de obtenção, da elaboração do Plano de Obtenção de Conhecimentos e do contínuo controle da atividade de Inteligência executada por todos os órgãos acionados.

4.2.2 Na fase de Orientação se podem distinguir dois aspectos:

4.2.2.1 Planejamento: atividade mediante a qual se define como satisfazer as necessidades de inteligência do comandante operativo, com que meios e em que prazos. É formalizada no POC, que integrará o Anexo de Inteligência da Ordem de Operações.

4.2.2.2 Execução: atividade mediante a qual se controla o cumprimento do POC, de eventuais ordens e pedidos de busca e de tarefas definidas durante no planejamento. São emitidas ordens e pedidos, tantos quantos forem necessários, para atualizar o planejamento de acordo com o desenvolvimento da situação, mantendo sempre presente o foco nas diretrizes e necessidades atuais e futuras do comandante operativo. A principal ferramenta de controle dessa atividade é a Matriz de Obtenção, documento que permite o gerenciamento das ações, dos prazos e do atendimento das NI, pelos órgãos de obtenção.

4.2.3 Nesta fase do ciclo de inteligência é importante delimitar os campos de atuação da função de combate inteligência em cada escalão. Deve-se considerar o entorno operativo em todas as suas dimensões, o terreno, a meteorologia, o fator humano (em sua vertente social, política, étnica, religiosa etc.), os espaços aéreo, eletromagnético, cibernético etc. Para a priorização do esforço de inteligência, há que se definir as seguintes áreas:

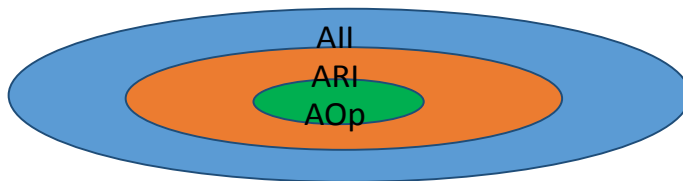


Fig 4-2 Relação entre AOp, ARI e AI

4.2.3.1 Área de Responsabilidade de Inteligência (ARI)

4.2.3.1.1 Área designada para um comandante operativo, onde possui a responsabilidade de produção de conhecimentos de Inteligência com os meios postos à sua disposição.

4.2.3.1.2 Na prática, a dimensão dessa área é limitada pelas possibilidades e capacidades dos órgãos de obtenção, sendo normalmente maior que a área de operações (AOp). O alcance desses órgãos é um elemento determinante da sua extensão, assim como suas possibilidades de desdobramento, infiltração e capacidade de permanência na zona hostil.

4.2.3.1.3 Cada escalão de comando, ao designar a seus subordinados uma ARI, deve dotá-los de órgãos de obtenção e de análise com capacidade de produção de conhecimentos de inteligência. Por outro lado, a designação de ARI aos escalões subordinados exige a coordenação das atividades de inteligência desenvolvidas.

4.2.3.1.4 A designação de uma ARI não obriga o desdobramento de sensores apenas no seu interior. É normal que os meios de exploração tenham que se desdobrar fora da ARI, na área de operações de outra organização militar.

4.2.3.2 Área de Interesse de Inteligência (AI)

4.2.3.2.1 O comandante operativo necessita ter conhecimentos de inteligência da área externa à sua ARI, caso atividades ali desencadeadas possam influir em suas operações. A fim de suplementar sua capacidade de obtenção, o oficial de inteligência pode solicitar apoio às organizações militares superiores e adjacentes.

4.2.4 O planejamento, realizado nesta fase do ciclo de inteligência, deve ser dinâmico e flexível, a fim de se ajustar às novas demandas e às necessidades existentes nas diversas fases da operação, bem como às específicas de determinado momento crítico. As NI variam ao longo da operação e estão associadas ao princípio da oportunidade.

4.2.5 Todas as seções do EM do comando considerado devem participar do planejamento de inteligência, apresentando suas necessidades de conhecer, possibilitando a consolidação e priorização de todas elas no POC.

4.3 OBTENÇÃO

4.3.1 Consiste na exploração sistemática ou episódica de todas as fontes de dados e informações pelos órgãos de obtenção e na entrega do material obtido aos órgãos de análise, encarregados de sua transformação em conhecimentos de inteligência.

4.3.2 As organizações militares de todas as naturezas que, por sua localização ou missão, possam obter dados e informações que atendam às necessidades citadas, poderão ser acionadas, participando, assim, da fase de obtenção, caracterizando o emprego do conceito IRVA.

4.3.3 O processo de obtenção possui as seguintes etapas:

- a) exploração de fontes pelos órgãos de obtenção, para a aquisição de dados e de informações;
- b) transformação de dados brutos, não processados, em dados e informações inteligíveis por intermédio de análises técnicas; e
- c) distribuição oportuna dos dados e das informações processadas aos órgãos encarregados de sua análise.

4.3.4 É muito importante que o Chefe da Seção de Inteligência assegure-se de que o comandante operativo e os demais integrantes do Estado-Maior tenham conhecimento das capacidades, limitações, vulnerabilidades e tempo de resposta dos meios de obtenção, assim como de suas vulnerabilidades frente à ação de uma força oponente, de forma que sejam levados em consideração no planejamento de seu emprego.

4.3.5 As fontes são formadas pelas pessoas, objetos e atividades por meio das quais se pode obter dados e informações referentes ao oponente, terreno, condições atmosféricas e ambiente operacional. São numerosas e variadas, sendo as mais exploradas as fontes abertas e aquelas que resultam da observação e do contato direto com o oponente.

4.3.6 SELEÇÃO DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DE DADOS

4.3.6.1 A seleção adequada dos meios de obtenção de dados depende da habilidade e da experiência dos analistas de alvos da Seção de Inteligência do Estado-Maior do comando considerado. Esses analistas são responsáveis também pela correta orientação e definição da amplitude e profundidade da fonte de obtenção.

4.3.6.2 Os dados e informações, aos quais se recorre na fase do Estudo de Situação de Inteligência, são originários de registros e arquivos existentes em bancos de dados do próprio órgão ou agência de Inteligência.

4.3.6.3 Posteriormente, são explorados outros meios que se façam necessários, de modo planejado, visando à obtenção de dados e informações complementares e atualizadas.

4.3.7 MEIOS DE OBTENÇÃO DE DADOS

4.3.7.1 São as estruturas que, com seus recursos humanos e materiais, obtêm dados e informações das diversas fontes (Fig 4-3, 4-4, 4-5 e 4-6).

4.3.7.2 Todo integrante da Força Terrestre deve ter uma elevada consciência de Inteligência que o motive a comunicar ao seu comandante imediato os fatos e as circunstâncias observadas relativas ao oponente, ao terreno e ao ambiente operacional que considere importante para o cumprimento da missão ou que possam contribuir para a segurança da Força. Dessa forma, todo militar é um potencial agente de obtenção de dados e de informações.



Fig 4-3 Aeronave remotamente tripulada



Fig 4-4 Sensor de sinais



Fig 4-5 Radar terrestre



Fig 4-6 Sensor de reconhecimento e vigilância

4.3.8 APOIO AO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ALVOS

4.3.8.1 O apoio de inteligência ao processo de aquisição de alvos destina-se a proporcionar ao comando operativo o conhecimento de inteligência necessário para a definição de alvos compensadores e que ameacem as operações da Força Terrestre de forma efetiva.

4.3.8.2 O apoio da função de combate inteligência ao processo de aquisição de alvos possui as seguintes fases:

a) definição de objetivos: consiste na análise sistemática do oponente para a identificação dos objetivos de alto valor e dos objetivos de alto rendimento;

b) apoio para a localização de objetivos: a Seção de Inteligência do comando operativo se assegurará de que os meios IRVA acionados possuam os sensores necessários para a detecção e localização dos objetivos citados; e

c) avaliação de danos de combate: a função de combate inteligência auxilia o comando operativo por meio da avaliação dos danos físicos e funcionais ocasionados ao objetivo após a ação sobre os mesmos, determinando o grau de eficácia da ação de *targeting*.



Fig 4-7 Localização de objetivos e avaliação de efeitos sobre os mesmos

4.3.8.3 Dimensões reduzidas, velocidade, autonomia e capacidade de carregamento de sensores de imageamento, contribuem para que os sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) sejam empregados eficazmente no processo de aquisição de alvos.

4.3.8.4 Os SARP são empregados para a realização de vasculhamento de áreas desenhadas à observação terrestre e para o aumento da profundidade de observação, contribuindo para o levantamento de alvos prioritários para o comando tático. É particularmente útil na área de operações onde a ameaça de atuação do oponente seja mais provável.

4.3.8.5 Os SARP empregados pela função de combate inteligência devem ser equipados com sensores que permitam a execução de tarefas de obtenção de imagens (diurnas e noturnas), incluindo dispositivos de imageamento infravermelho e termal, além de possibilitarem o georreferenciamento de alvos.

4.4 PRODUÇÃO

4.4.1 Fase do ciclo de inteligência onde os dados e as informações obtidas são transformados em conhecimentos de Inteligência.

4.4.2 Pode ser subdividida em uma série sequencial de ações relacionadas ao processamento dos dados e das informações obtidas, como: avaliação dos dados, análise, síntese, integração, interpretação e formalização do conhecimento.

4.4.3 Nesta fase, os analistas de inteligência criam produtos, chegam a conclusões ou realizam projeções sobre as ameaças e os aspectos relevantes do ambiente operacional terrestre de forma a responder às NI. Para isso, o Comando operativo deve possuir capacidade de processar e analisar dados e informações provenientes das diversas fontes de obtenção de dados.

4.4.4 Os produtos de Inteligência devem ser oportunos, relevantes e detalhados, concebidos de forma a possibilitar a consciência situacional e a tomada de decisão com segurança.

4.4.5 A precisão e o detalhamento desses produtos têm influência direta no sucesso da operação. Entretanto, sua validade é limitada no tempo. Um Conhecimento com boa avaliação média quanto à sua fonte e ao seu conteúdo é mais útil que outro com melhor avaliação, mas que seja difundido com retardo.

4.4.6 A análise é realizada em todos os níveis de planejamento nas centrais de inteligência, cabendo destaque para o planejamento militar (tático e operacional).



Fig 4-8 Central de Inteligência

4.4.7 A interpretação é a fase final da análise do ciclo de inteligência, onde se atribui valor ao conjunto de conhecimentos. Chega-se a conclusões acerca das ameaças e possibilita um panorama geral da situação. Normalmente, incluirá previsões de ações futuras imediatas.

4.4.8 A interpretação demanda tempo e requer experiência. A carência de tempo, especialmente em operações móveis e dinâmicas, ou a falta de acesso a outro conhecimento de inteligência, pode obrigar os oficiais de inteligência dos escalões inferiores a deixar a interpretação detalhada para ser realizada pelo escalão superior.

4.4.9 Nos assuntos relacionados com o planejamento das operações, esta interpretação é favorecida por um acurado juízo de inteligência, assim como da frequência com que os conhecimentos são atualizados.

4.5 DIFUSÃO

4.5.1 Esta é a fase do ciclo de inteligência em que se efetua a entrega oportuna do conhecimento de inteligência, na forma apropriada e pelo meio adequado, ao comandante operativo e seu Estado-Maior.

4.5.2 O conhecimento difundido deve ser adequado às necessidades do usuário e às suas capacidades e deve ser oportuno, uma vez que degrada-se com o tempo.

4.5.3 O sistema que interliga os órgãos de obtenção e os de produção com os usuários finais deve basear-se em uma rede de informações segura, ágil e de grande capacidade, que permita o fluxo oportuno de conhecimentos e informações críticas, tanto para os escalões superiores como para os colaterais e os inferiores, dentro e fora da Força Terrestre.

CAPÍTULO V

A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1 As operações militares se desenvolvem em todo o espectro dos conflitos, que varia segundo o nível de engajamento, da prevenção de ameaças aos conflitos armados, passando ou não pelo gerenciamento de crises.

5.1.2 A inteligência deve facilitar a ação de comando em todo o espectro das operações militares, ajudando a decidir onde e quando concentrar os esforços para o cumprimento da missão recebida.

5.1.3 Segundo os princípios e procedimentos e quanto às forças empregadas, as operações militares são classificadas conforme descrito na tabela abaixo:

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.2 PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

5.3 APOIO DE INTELIGÊNCIA NA PREPARAÇÃO E PROJEÇÃO DE FORÇA

5.4 APOIO DE INTELIGÊNCIA DURANTE A CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

5.5 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS

5.6 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES COMBINADAS OU MULTINACIONAIS

5.7 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES MILITARES DE NÃO GUERRA

5.8 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES MILITARES DE GUERRA

5.9 OPERAÇÕES BÁSICAS

5.10 OPERAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 5-1 Classificação das operações militares

5.2 PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

5.2.1 A função de combate inteligência apoia o comando em todos os tipos de operações, ajudando-o a decidir onde e quando empregar seus meios militares para cumprir com êxito a missão recebida. Fundamental para obter a surpresa, possibilita, ainda, a manutenção da iniciativa em todas as fases das ações militares.

5.2.2 Em qualquer tipo de operação, especialmente naquelas que se desenvolvem junto à população, é de grande importância o conhecimento das diferenças culturais. A Inteligência deve identificar e analisar os aspectos sócio-culturais que podem influenciar na percepção que os grupos sociais poderão ter das atividades militares realizadas pela Força Terrestre.

5.2.3 A função de combate inteligência apoia a Força Terrestre durante a sua preparação, o seu deslocamento e o desdobramento em uma operação militar terrestre.

5.3 APOIO DE INTELIGÊNCIA NA PREPARAÇÃO E PROJEÇÃO DE FORÇA

5.3.1 A capacidade de combate da F Ter desenvolve-se mediante os processos de preparação, geração e projeção da Força. A complexidade do conflito moderno obriga a F Ter a preparar-se para adquirir as capacidades militares necessárias para poder operar em todo o espectro de conflitos. Essa preparação deve proporcionar à Força uma capacidade de adaptação operativa que lhe permita atuar perante diferentes ameaças e a conduzir distintos tipos de operações, simultâneas ou sucessivas.

5.3.2 O apoio de inteligência aos processos de preparação e projeção da Força Terrestre supõe a elaboração de conhecimentos de inteligência a respeito da área de interesse considerada, com a antecedência necessária para que se constitua a Força em consonância com a missão a desenvolver e às ameaças conhecidas, facilitando a futura operação. Isto inclui, também, o desenho da estrutura de inteligência que vai ser empregada pela função de combate durante a operação.

5.3.3 A elaboração de conhecimentos de inteligência pressupõe um processo contínuo, que começa antes do recebimento da missão e que proporcionará a consciência situacional sobre o ambiente operacional onde se vão desenvolver as operações.

5.3.4 Esse processo inclui a definição das ameaças, a obtenção detalhada de informações referentes ao terreno e à meteorologia, à obtenção de informações referentes aos aspectos civis do ambiente operacional (infraestrutura, instituições civis, atitude e atividades de líderes civis e população local etc.) e, por último, a confecção dos diferentes produtos de inteligência que o comando necessita.

5.4 APOIO DE INTELIGÊNCIA DURANTE A CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

5.4.1 A Força Terrestre deve estar preparada para atuar em todo o espectro de conflitos e, para isso, deve ser capaz de desenvolver uma ampla gama de ações simultâneas ou sucessivas em uma variedade de ambientes que podem estar muito próximos ou muito distantes.

5.4.2 Dentro de uma campanha ou operação militar, o tipo de ação tática condicionará a forma como a função de combate inteligência estará estruturada.

5.5 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS

5.5.1 Na hipótese de eclosão de um conflito, não haverá, normalmente, tempo hábil para um planejamento detalhado e amplo, que considere todos os cenários possíveis para o emprego dos meios militares.

5.5.2 Assim, avulta de importância a inteligência operacional, para produzir e salvaguardar os conhecimentos requeridos para planejar, conduzir e sustentar as operações militares.

5.5.3 Havendo possibilidade, antes mesmo da deflagração da crise, operações de inteligência deverão ser realizadas nas regiões de provável emprego, a fim de complementar os conhecimentos disponíveis.

5.5.4 Quanto maior o conhecimento disponível e quanto mais eficiente seu processamento e integração com o processo decisório, mais eficazmente, o comandante planejará e conduzirá a operação e terá maiores possibilidades de obter êxito com o mínimo de perdas.

5.5.5 Ainda que cada força componente apresente necessidades específicas de inteligência de nível tático, muitas podem concorrer, diretamente, para a tomada de decisão no nível operacional. Ademais, considerando-se a grande extensão das áreas de responsabilidade atribuídas a um comando operacional, torna-se imperiosa a sinergia no esforço de busca, a fim de se evitarem superposições e dispersão de esforços.

5.5.6 A maioria das necessidades iniciais de um comandante deverá ser satisfeita durante a fase do planejamento, a fim de que os planos possam ser devidamente elaborados. As necessidades subsequentes, isto é, os dados e os conhecimentos necessários durante a condução da campanha, constituirão a base sobre a qual o comandante decidirá quanto a modificações no plano inicial.

5.5.7 Nos níveis operacional e tático, avultam de importância as necessidades de inteligência relativas às possibilidades do inimigo e suas vulnerabilidades e às características da área de operações do comando responsável.

5.5.8 No nível de planejamento tático, a inteligência atua no sentido de fornecer subsídios e avaliações preliminares para as F Cte, integrantes do planejamento operacional, a fim de proporcionar a confecção dos respectivos planos táticos.

5.5.9 A atualização do banco de dados da F Ter, a cargo do respectivo órgão de Inteligência, situado ou com responsabilidades no contexto tático, contribui para um grau maior de confiabilidade do trabalho da inteligência.

5.5.10 Cabe ressaltar também que o comandante, em todos os escalões, é o responsável pela adoção das medidas de contrainteligência (CI) que sejam necessárias em sua área de responsabilidade.

5.6 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES COMBINADAS OU MULTINACIONAIS

5.6.1 As operações combinadas ou multinacionais podem ocorrer em situações de guerra ou de não guerra. A capacidade de combate da F Ter desenvolve-se mediante os processos de preparação, geração e projeção da força.

5.6.2 O apoio de inteligência aos processos de preparação e projeção da F Ter pressupõe a produção de conhecimentos de inteligência a respeito da área de interesse considerada, com a antecedência necessária para que se constitua a força de acordo com a missão a desenvolver e com as ameaças conhecidas, facilitando a futura operação. Isso inclui também o desenho da estrutura de inteligência que vai ser empregada.

5.7 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES MILITARES DE NÃO GUERRA

5.7.1 As operações de não guerra são aquelas em que as Forças Armadas, embora fazendo uso do Poder Militar, são empregadas em tarefas que não envolvam o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, quando esse poder é usado de forma limitada. Podem ocorrer, inclusive, casos nos quais a expressão militar do Poder Nacional não exerça o papel principal.

5.7.2 Em situações de paz (estável ou instável) ou de crises, empregam-se, entre outras medidas, as de caráter militar, mediante o uso de forças militares com a aplicação de parte de suas capacidades, para evitar a escalada da crise ou anular a possibilidade de realização de campanhas e operações militares de guerra de vulto. Realizam-se, também, em apoio às autoridades governamentais.

5.7.3 A F Ter deve ser capaz de realizar tais operações, diante do surgimento de diversas ameaças que possam por em perigo os interesses nacionais, a paz ou a segurança coletiva no contexto da prevenção ou do gerenciamento de crises. No espectro dos conflitos, as operações de não guerra têm caráter dissuasório.

5.7.4 A função de combate inteligência assume um papel de elevada relevância neste tipo de operação, uma vez que tem a capacidade de possibilitar uma adequada consciência situacional para o comandante operativo acerca do ambiente operacional e das ameaças existentes, produzindo conhecimentos de inteligência que também permitem uma antevista das possíveis ações planejadas para serem desencadeadas pelas forças ou pelos agentes adversos, com potencial para influir nas operações militares da F Ter.

5.8 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES MILITARES DE GUERRA

5.8.1 As operações militares de guerra são as principais e tradicionais missões das forças militares e para a qual devem estar permanentemente preparadas, sob pena de se tornarem ineficazes quando forem chamadas para enfrentar conflitos que estejam no extremo do espectro. Neste caso, perderia o seu poder dissuasório contra eventuais ameaças e sua capacidade de preservação dos interesses nacionais.

5.8.2 No nível operacional, as principais operações de guerra são as ofensivas e defensivas, onde a função de combate inteligência possui largo campo de emprego, sendo mesmo imprescindível ao processo decisório.

5.9 OPERAÇÕES BÁSICAS

5.9.1 A F Ter pode ser empregada em quatro operações básicas: ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais. As operações básicas são entendidas como a ação coordenada de elementos da Força em uma fase da campanha militar para alcançar objetivos operacionais.

5.9.2 De acordo com a situação, as ações militares apresentam a predominância de uma operação (ofensiva, defensiva, de pacificação ou de apoio a órgãos governamentais), simultaneamente às demais tarefas, podendo variar ao longo do tempo e do espaço.

5.9.3 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

5.9.3.1 As operações ofensivas necessitam de uma Inteligência efetiva que ajude o comando operativo a evitar o esforço principal do inimigo e a surpreendê-lo.

5.9.3.2 Neste tipo de operação, a função de combate inteligência deve proporcionar ao comando operativo uma adequada consciência situacional, fruto da realização do processo de integração terreno, condições meteorológicas, inimigo e considerações civis (PITCIC), além da avaliação continuada da situação, com a oportunidade necessária.

5.9.3.3 Nas operações ofensivas, as necessidades de conhecimento de inteligência do comando operativo estão centradas, de modo geral, na complementação e confirmação de informações sobre o dispositivo defensivo inimigo, suas reservas, postos de comando e sistemas de apoio de fogo, além das suas vulnerabilidades.

5.9.4 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DEFENSIVAS

5.9.4.1 Nesse tipo de operação, a Inteligência deve determinar a capacidade e o poder militar das forças inimigas, assim como de suas linhas de ação.

5.9.4.2 Da mesma forma como ocorre nas operações ofensivas, a função de combate inteligência deve apoiar o comando operativo no planejamento de suas ações defensivas por meio da realização do PITCIC, quando são identificadas as vias de acesso de aproximação do inimigo e seus possíveis objetivos, suas vulnerabilidades, sua capacidade de realizar ataques aéreos, de empregar armas de destruição em massa etc.

5.9.5 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

5.9.5.1 As operações de pacificação geralmente são complexas e demandam planos de obtenção de dados e informações de elevada sensibilidade, uma vez que podem existir restrições legais quanto ao *modus operandi* dos meios de obtenção, que devem ser considerados nos seus planejamentos de emprego.

5.9.5.2 Essa situação é potencializada quando a operação é realizada em território nacional, hipótese verificada em casos de grave e iminente instabilidade institucional, com a decretação de Estado de Exceção, quando há restrição temporária das garantias fundamentais.

5.9.5.3 Neste tipo de operação militar, o comando operativo necessita de produtos e conhecimentos elaborados pela função de combate inteligência, decorrentes da realização do PITCIC, com maior grau de detalhamento, de forma que seja capaz de identificar modos de influir de forma efetiva no comportamento da população local.

5.9.5.4 A identificação da ameaça, o profundo conhecimento do terreno e do clima, e os aspectos humanos, são fundamentais neste tipo de operação. O desconhecimento dos costumes, da cultura e dos líderes políticos ou religiosos, pode provocar o fracasso da missão.

5.9.6 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

5.9.6.1 As operações de apoio a órgãos governamentais compreendem o apoio prestado por elementos da F Ter, por meio da interação com outras agências governamentais, definido em diploma legal, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos convergentes com eficiência, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções.

5.9.6.2 Normalmente, o apoio é prestado em atividades relacionadas à proteção de estruturas estratégicas e da sociedade, à cooperação com o desenvolvimento nacional e o bem estar social e ao apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura, exemplificadas nas situações, dentre outras, abaixo relacionadas:

Formas de Apoio aos Órgãos Governamentais	Tarefas
- Proteção Integrada	Garantir os Poderes Constitucionais
	Garantir a Lei e a Ordem
	Proteger Estruturas Estratégicas
	Realizar Ações na Faixa de Fronteira
- Ações sob a égide de organismos internacionais	Prevenir e combater o terrorismo
- Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise	De acordo com os diplomas legais
- Atribuições subsidiárias	
- Outras formas de apoio designadas ou funções atribuídas por Lei	

Tabela 5-2 Formas de apoio aos órgãos governamentais

5.9.6.3 A função de combate inteligência, de modo semelhante ao verificado nos outros tipos de operações militares, deve produzir conhecimentos de Inteligência, desde o período de normalidade, acerca das ameaças identificadas pelo SIEx que possam comprometer a segurança, o patrimônio ou os interesses do país.

5.9.6.4 Esses conhecimentos apoiarão o decisor na definição da configuração da força a ser empregada, nas capacidades de que deverá ser dotada, na identificação de ações planejadas por agentes perturbadores da ordem pública etc.

5.10 OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

5.10.1 São aquelas operações que se destinam a ampliar, aperfeiçoar ou complementar as operações básicas no amplo espectro, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre e, por suas peculiaridades, obter melhores resultados.

5.10.2 Abrangem, também, operações que, por sua natureza, características e condições em que são conduzidas, exigem especificidades quanto ao planejamento, à preparação e à condução.

5.10.3 As operações complementares são as seguintes:

- a) operações aeromóveis;
- b) operações aeroterrestres;
- c) operações contra forças irregulares;
- d) operações de dissimulação;
- e) operações de informação;
- f) operações especiais; e
- g) outras operações (evacuação de não combatentes, interdição, transposição de curso de água, anfíbias, ribeirinhas e contra desembarque anfíbio).

5.10.4 A função de combate inteligência participa de todas essas operações, apoiando o EM do comando operativo durante a realização do exame de situação e da análise de inteligência.

5.10.5 Apoia-o, também, durante o desenrolar da operação, produzindo e difundindo conhecimentos de inteligência que reduzam as incertezas, acerca das ameaças e do ambiente operativo, ampliando a consciência situacional do comandante.

5.10.6 A INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

5.10.6.1 As operações de informação (Op Info) são desencadeadas para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, contribuindo para a obtenção da desejada superioridade de informações.

5.10.6.2 As Op Info devem ser fundamentadas em conhecimentos de inteligência confiáveis e oportunos sobre o terreno, o oponente, as condições meteorológicas e os atores oponentes ou neutros cujas percepções possam influir no resultado das operações militares.

5.10.6.3 Um oficial de ligação da Seção de Inteligência do Estado-Maior do comando operativo pode integrar a Célula de Op Info, potencializando a interação entre a Intlg e as Op Info.

5.10.6.4 As Op Info, como operações integradoras, acompanham as atividades desenvolvidas pelas diversas funções de combate, solicitando, quando necessário, a realização de ações específicas que possam contribuir com a busca da superioridade de informações.

5.10.6.5 As Op Info devem atuar em estreito contato com a função de combate inteligência, solicitando conhecimentos que possibilitem o planejamento e a execução de suas operações.

GLOSSÁRIO

PARTE I – ABREVIATURAS E SIGLAS

A

Abreviaturas/Siglas	Significado
AI	Área de Interesse de Inteligência
AIM	Atividade de Inteligência Militar
ARI	Área de Responsabilidade de Inteligência
ARP	Aeronave remotamente Pilotada

C

Abreviaturas/Siglas	Significado
C Op	Comando Operacional
CI	Contraineligência
CIM	Central de Inteligência Militar
COMINT	Inteligência de Comunicações (<i>Communications Intelligence</i>)
CYBINT	Inteligência Cibernética(<i>Cyber Intelligence</i>)

E

Abreviaturas/Siglas	Significado
ELINT	Inteligência Eletrônica (<i>Electronic Intelligence</i>)

G

Abreviaturas/Siglas	Significado
GEOINT	Inteligência Geográfica (<i>Geospatial Intelligence</i>)

H

Abreviaturas/Siglas	Significado
HUMINT	Inteligência de Fontes Humanas (<i>Human Intelligence</i>)

I

Abreviaturas/Siglas	Significado
IMINT	Inteligência de Imagens(<i>Imagery Intelligence</i>)
IRVA	Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos

M

Abreviaturas/Siglas	Significado
MASINT	Inteligência por Assinatura de Alvos (<i>Measurement and Signature Intelligence</i>)
MC	Manual de Campanha
MEDINT	Inteligência Sanitária (<i>Medical Intelligence</i>)
MPC	Método para a Produção do Conhecimento

N

Abreviaturas/Siglas	Significado
NI	Necessidades de Inteligência

O

Abreviaturas/Siglas	Significado
OI	Órgão de Inteligência
OSINT	Inteligência de Fontes Abertas (<i>Open Source Intelligence</i>)

P

Abreviaturas/Siglas	Significado
PEECFA	Plano de Emprego Estratégico Conjunto das Forças Armadas
PI	Pedido de Inteligência
PITCIC	Processo de Integração do Terreno, Condições Climáticas e Meteorológicas, Inimigo e Considerações Cíveis
POC	Plano de Obtenção de Conhecimentos

R

Abreviaturas/Siglas	Significado
RIPI	Região de Interesse para a Inteligência
RCN	Repertório de Conhecimentos Necessários

S

Abreviaturas/Siglas	Significado
SARP	Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas
SIEx	Sistema de Inteligência do Exército
SIGINT	Inteligência de Sinais (<i>Signals Intelligence</i>)
SIOP	Sistema de Inteligência Operacional

T

Abreviaturas/Siglas	Significado
TAD	Técnica de Avaliação de Dados
TECHINT	Inteligência Técnica (<i>Technical Intelligence</i>)
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicações

PARTE II – TERMOS E DEFINIÇÕES

Alvo Altamente Compensador – alvo cuja perda para o inimigo irá contribuir de forma significativa para o sucesso da linha de ação amiga. São os alvos de alto valor que devem ser engajados para o sucesso da missão.

Alvo de Alto Valor – meio que o comandante inimigo necessita para o cumprimento da sua missão. A perda de alvos de alto valor degradará seriamente importantes funções inimigas na nossa área de responsabilidade.

Ameaça – qualquer conjunção de atores, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de por intermédio da exploração de deficiências, causar danos ou comprometer a sociedade nacional (a população e seus valores materiais e culturais) e seu patrimônio (território, instalações, áreas sob jurisdição nacional e o conjunto das informações de seu interesse). Também pode ocorrer sob a forma de eventos não intencionais (naturais ou provocados pelo ser humano).

Área de Influência – parte da A Op, incluindo a A Rspnl, na qual o comandante é capaz de influenciar diretamente no curso do combate, mediante o emprego de seus próprios meios. Corresponde a um espaço físico que se expande, reduz-se e transfere-se em função da capacidade da Força para detectar e atuar sobre o oponente. É determinada pelo alcance dos sistemas orgânicos e de outros meios sob seu controle em um dado momento. Sua definição sofre influência do terreno e das condições meteorológicas.

Área de Interesse – Área geográfica que se estende além da A Rspnl/ Z Aç. É constituída por áreas adjacentes à zona de ação, tanto à frente como nos flancos e retaguarda, onde os fatores e acontecimentos que nela se produzam possam repercutir no resultado ou afetar as ações, as operações atuais e as futuras. 2. Espaço, incluindo a A Rspnl e a área de influência, onde, embora o comandante não possa influir, os acontecimentos poderão influenciar o cumprimento de sua missão. Assinalada pelo próprio comando da força, deve responder a sua necessidade de conhecer os fatos e dados que possam influir no resultado das operações previstas e em curso.

Área Sigilosa - a área onde dados, informações ou conhecimentos sigilosos contidos em documentos, materiais, meios de comunicações e sistemas de informação são tratados, manuseados, transmitidos ou guardados, uma vez que requerem medidas especiais de proteção e permissão de acesso.

Assuntos Cíveis - conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades cíveis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. Compreendem comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo.

Autenticidade - a certificação de que a informação possui integridade e sua origem é comprovada.

Classificação - a atribuição de grau de sigilo a dado, informação ou conhecimento, documento, material, área ou instalação, pela autoridade competente.

Canal Técnico de Inteligência - ligação direta entre uma AI e outra não imediatamente superior ou subordinada na cadeia de comando, com o objetivo de atender ao princípio da oportunidade.

Capacidade – a aptidão requerida de uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura. Formam o acrônimo DOAMEPI. Para que as organizações militares atinjam o nível máximo de prontidão operativa, é necessário que possuam as capacidades que lhes são requeridas na sua plenitude. A geração de capacidades exige o atendimento de todos os fatores determinantes.

Compartimentação - a restrição do acesso com base na necessidade de conhecer, à semelhança de grau de sigilo.

Cenário Operativo Comum – cenário ou quadro unificado de exibição de informação compartilhada por mais de um serviço ou agência. Um cenário operativo comum facilita o planejamento colaborativo e ajuda todos os atores participantes a obterem consciência situacional.

Considerações Civas – influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente, da infraestrutura construída pelo homem, das agências nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais, com capacidade de influir e formar opiniões entre os nacionais ou internacionais, no espaço de batalha.

Consciência Situacional – garante a decisão adequada e oportuna em qualquer situação de emprego, permitindo que os comandantes possam se antecipar aos oponentes e decidir pelo emprego de meios na medida certa, no momento e local decisivos, proporcionalmente à ameaça.

Dado – toda e qualquer representação de fato ou situação por meio de documento, fotografia, gravação, relato, sensores eletrônicos de vigilância, carta topográfica ou digital e outros meios, não submetida à metodologia para a produção do conhecimento.

Dimensão Informacional – o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas que são utilizados para coletar, processar, disseminar ou agir sobre a informação. Incluem tomadores de decisão, indivíduos e organizações. Os recursos incluem os materiais e sistemas utilizados para obter, analisar, aplicar ou divulgar informações. Os decisores e sistemas automatizados a utilizam para observar, orientar, decidir e agir de acordo com as informações, sendo, portanto, o principal ambiente de tomada de decisão.

Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) – tópico de informação ou de informe sobre as características físicas e humanas do TO/A Op ou sobre as possibilidades do inimigo que o comandante julga necessitar, em um determinado momento, para correlacioná-los com outros conhecimentos disponíveis, a fim de contribuir no processo decisório que lhe permita o cumprimento da missão.

Espaço Cibernético - ambiente virtual onde as informações digitais transitam, são processadas e/ou armazenadas. É composto de dispositivos computacionais, conectados em redes ou não.

Espaço de Batalha – é a dimensão física e virtual onde ocorrem e repercutem os combates, abrangendo as expressões política, econômica, militar, tecnológica e psicossocial do poder, que interagem entre si e entre os beligerantes. O Campo de Batalha está incluído no Espaço de Batalha.

Espectro dos Conflitos – representa uma escala na qual se visualizam os diferentes graus de violência politicamente motivada. Abrange desde a Paz Estável, em um extremo,

até a situação de Guerra, no outro. Ao longo desse espectro, a Paz Instável é a situação na qual ocorre violência localizada e limitada, que não comprometa a segurança do Estado como um todo; e a Crise, caracterizada por grave ameaça ao Estado cujo nível de violência não implique no envolvimento de toda a capacidade militar da Nação (contingência limitada).

Geoprocessamento – é uma disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da Geoinfo, por intermédio de ferramentas para aplicação em praticamente todas as áreas do conhecimento que lidam com o posicionamento geoespacial. As ferramentas computacionais para Geoprocessamento são os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). É um subconjunto da Ciência da Geoinfo.

Gestão da Informação – a função de gerenciar os recursos de informação de uma organização pela manipulação do conhecimento adquirido por um ou vários indivíduos e organizações de uma forma a otimizar o acesso por todos que tem participação naquele conhecimento ou direito de acesso ao mesmo.

Gestão do Conhecimento – é uma atividade que promove uma abordagem integrada para a identificação, busca, avaliação e compartilhamento dos meios de conhecimento tácitos e explícitos existentes na organização para alcançar os objetivos da missão. A finalidade é conectar aqueles que sabem com os que precisam saber, influenciando a transmissão do conhecimento.

Informação – representações inteligíveis de objetos, estados e acontecimentos nos domínios real, virtual e subjetivo. Elas integram processos para a construção do conhecimento, o que promove a compreensão precisa e atualizada do Espaço de Batalha. As informações disponíveis não só determinam a amplitude e a exatidão da Consciência Situacional subjacente ao processo decisório, como também interferem no rendimento das forças empregadas e de seus respectivos sistemas de armas – progressivamente mais dependentes das Tecnologias da Informação e Comunicações.

Monitoramento – processo sistemático de coleta, análise, interpretação e divulgação de informações sobre áreas geográficas reduzidas ou extensas, por intermédio de sistemas sensores imageadores com diferentes resoluções espaciais, que podem ser geoestacionários ou não.

Necessidades Críticas de Informações do Comandante – uma necessidade de informação identificada pelo comandante como sendo crítica para apoiar, de forma oportuna, o processo decisório. Os seus dois elementos-chave são as necessidades de informações sobre as forças amigas e as necessidades prioritárias de inteligência.

Necessidades de Inteligência (NI) – conhecimentos específicos estabelecidos pelo comandante em função da missão a ser cumprida. As NI do comandante são satisfeitas pelos conhecimentos de que ele precisa dispor, relativos ao terreno, inimigo, condições climáticas e meteorológicas, e considerações civis, para cumprir a missão com êxito. Normalmente, a reunião de dados, informações e conhecimentos não é suficiente para satisfazer de imediato todas as NI. Por isso os recursos empregados na atividade de obtenção são orientados para as NI prioritárias. Dividem-se em duas categorias: Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) e Outras Necessidades de Inteligência (ONI).

Operações Básicas – são entendidas como a ação coordenada de elementos da F Ter em uma fase da campanha militar para alcançar objetivos operacionais. De acordo com a situação, normalmente, as ações militares são abrangidas sob a preponderância de uma operação (ofensiva, defensiva, de pacificação ou de apoio a órgãos governamentais) em

conjunção com as demais tarefas realizadas simultaneamente, que, também, podem variar nas condições de tempo e espaço.

Operações Complementares – são aquelas que se destinam a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas no amplo espectro, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre e, por suas peculiaridades, obter melhores resultados. Abrangem, também, operações que, por sua natureza, características e condições em que são conduzidas, exigem especificidades quanto ao seu planejamento, preparação e condução, particularmente, relacionadas às técnicas, táticas e procedimentos (TTP) ou aos meios (pessoal e material) empregados.

Plano de Obtenção de Conhecimentos (POC) - documento conduzido pela Seção de Inteligência onde são registrados os EEI e seus desdobramentos, necessários para apoiar o processo decisório dos comandantes operativos.

Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) – plano elaborado pelo EMCFA para atender a uma Hipótese de Emprego. Os Planos Estratégicos são base para os Comandos Operacionais produzirem os Planos Operacionais, em decorrência dos quais os Comandos das Forças Componentes desenvolverão os respectivos Planos Táticos.

Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Cíveis (PITCIC) – processo cíclico de caráter gráfico que permite, mediante análise integrada, a visualização de como o terreno, as condições meteorológicas e as considerações cíveis condicionam as próprias operações e as do inimigo, fornecendo dados reais e efetivos para auxiliar a tomada de decisões adequadas. É um processo de apoio ao Exame de Situação, particularmente durante a montagem das linhas de ação.

Processo de Seleção e Priorização de Alvos – é o processo de selecionar e priorizar os alvos determinando o meio apropriado para engajá-los, considerando as necessidades da operação e as capacidades existentes. Durante o processo, devem-se considerar os objetivos e as diretrizes listadas pelo escalão superior, assim como regras de engajamento, restrições legais, danos colaterais, dentre outros fatores, quando da seleção de alvos.

Repertório de Conhecimentos Necessários (RCN) – reunião de temas e assuntos que o decisor deseja saber e/ou acompanhar. Divide-se, normalmente, em expressões do poder nacional (política, econômica, militar, psicossocial e científico-tecnológica) e/ou em áreas de interesse (público interno, imagem da instituição etc). Deve estar relacionado com o planejamento estratégico, a fim de orientar o trabalho de Inteligência.

Risco – fator inerente às operações militares, normalmente, está associado à criação de oportunidades para a conquista, retenção e exploração da iniciativa, bem como à obtenção de resultados decisivos.

Segurança das Operações – processo de identificação de informações críticas e subsequente análise das ações amigas previstas em uma operação militar e outras atividades para: identificar as ações que podem ser observadas pelo sistema de inteligência do oponente; determinar indicadores que possam ser obtidos pela inteligência inimiga, os quais, se colocados juntos ou interpretados, possam proporcionar informações críticas sobre as nossas tropas em tempo de serem úteis ao adversário; e selecionar e executar medidas que eliminem, ou reduzam a um nível aceitável, a vulnerabilidade das ações amigas à exploração adversária.

ÍNDICE REMISSIVO

ATIVIDADES E TAREFAS DA FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA, 3-1

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Execução do Ciclo de Inteligência, A 4-1

Função de Combate Inteligência, A 3-1

Fundamentos da Inteligência, 2-1

Inteligência nas Operações Terrestres, A 5-1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS, 1-1

DIFUSÃO, 4-8

FINALIDADE, 1-1

FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA, A 3-1

INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA COM AS DEMAIS FUNÇÕES DE COMBATE, 3-4

INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES, A

Combinadas ou Multinacionais, 5-2

Conjuntas, 5-1

De Não Guerra, 5-3

NÍVEIS DE INTELIGÊNCIA, 2-2

OBTENÇÃO, 4-3

ORIENTAÇÃO, 4-1

ORIENTAÇÃO BÁSICA, 1-1

PAPEL DA INTELIGÊNCIA, 1-2

PECULIARIDADES DA INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES TERRESTRES, 5-4

PRINCÍPIOS DE INTELIGÊNCIA, 2-5

PRODUÇÃO, 4-7

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA, 2-6

TIPOS DE INTELIGÊNCIA, 2-4

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6021** – Publicação científica impressa. Documentação. Rio de Janeiro, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília, 2002.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.
- CHILE. Ejército de Chile. **Inteligencia – DD-10001**. Santiago, 2009.
- _____. **Función Secundaria Inteligencia**. Santiago, 2009.
- ESPANHA. Ejército de Tierra Español. **Inteligencia – PD3-308**. Madrid, 2013.
- _____. **Funciones de Combate Inteligencia – PD2-002** (Vol 2), Madrid, 2013.
- FRANÇA. Armée de Terre. **Doctrine Du Management de L'Information en Opération – FT-01**. Paris, 2013.
- _____. **Les Fundamentaux de la manoeuvre Interarmes – FT04**, Paris, 2011.
- PERU. Ejército del Peru. **Inteligencia de Combate**. Lima, 2009.
- USA. Headquarters, Department of the Army. **Intelligence – ADRP 2-0**. Washington, 2012.
- MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). **Doutrina de Inteligência de Defesa – MD52-N-01**. Brasília, 1ª Edição/2005.
- _____. **Doutrina de Inteligência Operacional para Operações Combinadas – MD32-M-01**. Brasília, 1ª Edição/2006.
- _____. **Doutrina de Operações Conjuntas (Volumes 1,2 e 3) – MD30-M-01**. Brasília, 1ª Edição/2011.
- _____. **Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01**. Brasília, 4ª Edição/2007.
- _____. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02**. Brasília, 3ª Edição/2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando do Exército.
**Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército –
EB10-IG-01.002.** Brasília, 1ª Edição/2011.

_____. Estado-Maior do Exército. **Bases para a Transformação da Doutrina
Militar Terrestre.** Brasília, 2013

_____. **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército – C 20-1.**
Brasília, 4ª Edição/2009.

_____. **Manual de Campanha Abreviaturas, Símbolos e Convenções
Cartográficas – C 21-30.** Brasília, 4ª Edição/2002.

_____. **Manual de Campanha Força Terrestre Componente –
EB20-MC-10.202.** Brasília, 1ª Edição, 2014.

_____. **Manual de Campanha Geoinformação – EB20-MC-10.209.** Brasília,
1ª Edição, 2014.

_____. **Manual de Campanha Operações de Informação – EB20-MC-10.213.**
Brasília, 1ª Edição, 2014.

_____. **Manual de Campanha Vetores Aéreos da Força Terrestre –
EB20-MC-10.214.** Brasília, 1ª Edição, 2014.

_____. **Manual de Campanha Contrainteligência – C 30-3.** Brasília, 2ª Edição,
2009.

_____. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre – EB20-MF-10.102.**
Brasília, 1ª Edição/2014.

_____. **Manual de Fundamentos Operações – EB20-MF-10.103.** Brasília,
4ª Edição/2014

_____. **Instruções Provisórias Produção do Conhecimento de Inteligência –
IP 30-2.** Brasília, 1ª Edição, 1997.

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

1. ÓRGÃOS INTERNOS

EXEMPLARES

a. Alta Administração

Comando do Exército:

- Gabinete	04
- CIE.....	08
- CCOMSEx e SGEx e CCIEEx	02

EME:

- Gabinete	02
- 1ª Sch, 4ª Sch, 5ª Sch, 6ª Sch, 7ª Sch e EPEEx	02
- 2ª Sch	08
- C Dout Ex (inclusive exemplar mestre).....	12

COTER:

- Comando	06
- 1ª Sch, 2ª Sch, 3ª Sch e 4ª Sch.....	03

COLOG:

- Comando	02
- D Abst, D Mat, DFPC, DM Av Ex e Ba Ap Log Ex	01

DGP:

- Chefia	02
- DSM, DCEM, DA Prom, DCIPAS e D Sau	01

DECEEx:

- Chefia	06
- DESMil, DETMil, DEPA, DPHCEEx e CCFEx.....	03

DEC:

- Chefia	02
- DOC, DOM, DPIMA e DPE.....	01

DCT:

- Chefia	04
- DSG, DF, CAEx, CDS, CITEx, CTEEx, CCOMGEx e CD Ciber	02

SEF:

- Chefia	02
- D Cont, DGO e CPEEx	01

b. Grandes Comandos e Grandes Unidades

Comando Militar de Área	06
-------------------------------	----

Região Militar.....	03
Divisão de Exército	04
Brigada.....	04
Artilharia Divisionária	04
Grupamento de Engenharia	04
C Av Ex e C Op Esp	04

c. Unidades

Infantaria.....	02
Cavalaria.....	02
Artilharia	02
Engenharia	02
Comunicações.....	02
BPE.....	02
BGP	02
B Log	02
B Av Ex	02
BMA	02
B Mnt Sup Av Ex.....	02
BF Esp, BAC.....	02
BDOMPSA	02
B Av T	01
B Adm Ap 1ª/2ª/3ª RM	01
B Adm Bda Op Esp	01
B Sup, D Sup	02
P R Mnt.....	02
GLMF	02
BF Paz HAITI	02

d. Subunidades/Frações (autônomas ou semi-autônomas)

Infantaria/Fronteira.....	01
Cavalaria.....	01
Artilharia	01
Engenharia	01
Comunicações.....	01
Material Bélico.....	01
DQBN.....	01
Cia Trnp.....	01
Cia Prec	01
3ª Cia F Esp	01
Dst Op Psc.....	01

Dst Ap Op Esp	01
Dst Sau Pqdt.....	01
Cia E F Paz MINUSTAH	01

e. Estabelecimento de Ensino

ECEME	10
EsAO	10
AMAN.....	10
EsSA.....	05
IME	02
EsACosAAe e EASA, EsCom, EsSLog, EsFCEx, EsSEEx, EsEFEx, EsIE, EsIMEx, EsPCEEx, EsEqEx, CEP/FDC, CIGS, CIAvEx, CIGE, CI Op Esp, CI Pqdt GPB, CI Bld, CAAdEx e CCOPAB	02
CPOR.....	02
NPOR	01

f. Outras Organizações

Arquivo Histórico do Exército	01
Arsenais de Guerra RJ / RS / SP	01
Bibliex	01
CECMA	01
EGGCF	01
Hospitais Gerais, Militares de Área e de Campanha	01

2. ÓRGÃOS EXTERNOS

COMDABRA	01
EAO (FAB)	01
ECEMAR.....	01
EGN	01
EMA	01
EMAER	01
ESG	01
Ministério de Defesa (EMCFA).....	02

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
CENTRO DE DOCTRINA DO EXÉRCITO
Brasília, DF, 15 de janeiro de 2015
www.exercito.gov.br

